

O SENTIDO DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 11.11.1978

A designação do Gen. João Batista Figueiredo para ocupar a Presidência da República obviamente não encaminhou a solução da crise política brasileira. Não passou de um procedimento burocrático através do qual a tecnoburocracia estatal pretende se perpetuar no poder apesar de haver perdido o apoio da sociedade civil. As eleições de 15 de novembro próximo, entretanto, poderão representar um avanço decisivo no sentido de redemocratizar o país, na medida em que uma vitória do MDB cancele o pouco que resta de legitimidade política para o regime autoritário vigente.

A falta de esperança em relação ao futuro governo Figueiredo não é fruto de pessimismo. Não se baseia apenas em suas entrevistas e declarações revelando um espírito nitidamente autoritário e elitista. As medidas do final do governo Geisel, como a nova lei antigreve recentemente aprovada, e a nova lei de Segurança Nacional encaminhada ao Congresso, revelam que nada mudou. O sistema procurará manter seu autoritarismo e seu sentido antipopular a serviço da acumulação privada de capital, em troca de ordenados crescentes e de perder para a própria cúpula tecnoburocrática. Ocorre, entretanto, que as reformas constitucionais que o governo foi levado a apresentar para recuperar algum apoio da burguesia, ainda que se constituam em reformas parciais, retirarão poder do futuro governo. Por outro lado, a própria falta de sustentação na sociedade civil reduzirá suas possibilidades de exercício efetivo do poder. Em conseqüência, teremos um governo operando no vazio, marcado pelo descompasso entre seu próprio projeto autoritário e uma sociedade civil para a qual esse projeto deixou de fazer sentido.

Tudo indica, entretanto, que a ilegitimidade do Governo tornar-se-á dramática com as eleições de 15 de novembro.

As prévias eleitorais indicam uma vitória decisiva do MDB para o Senado. Nas eleições majoritárias apenas uns poucos Estados, onde o coronelismo e o poder do dinheiro

ainda pesam muito, o partido governista fará maioria. Já para a Câmara dos Deputados a situação apresenta-se mais equilibrada, ainda com uma pequena vantagem, embora cada vez menor, para a Arena. Isto se explica devido ao prestígio pessoal, ao poder do dinheiro e às relações políticas antigas dos candidatos governistas. Entretanto, para se eleger utilizam não apenas desses ativos, mas procuram também e sob todas as formas desvincular-se do governo. Agem como se não tivessem nenhuma responsabilidade pelo sistema ditatorial vigente, pela discriminação permanente contra os trabalhadores, pela corrupção decorrente do autoritarismo. Apesar de haverem pactuado sob todas as formas possíveis e imagináveis com o regime que aí está, os candidatos arenistas apresentam-se como vestais, que nada têm a ver com tudo o que ocorreu e vem ocorrendo. Com toda a sem-cerimônia têm a coragem de falar em democracia, melhor distribuição de renda, ao mesmo tempo em que procuram transmitir a idéia de uma política e discreta discordância com o Governo que apóiam.

Esta estratégia poderá dar algum resultado, mas o provável é que esses resultados acabem sendo negativos. Alguns analistas têm criticado o MDB porque em sua campanha falta o vigor com que, em 1974, seus representantes criticavam a concentração de renda e o autoritarismo. Mas não é apenas a lei Falcão, impedindo o acesso ao rádio e à televisão, que tirou o impacto da mensagem do MDB. O outro fator foi o fato de que o caráter autoritário e socialmente discriminatório da política governamental haver-se tornado indiscutível para todos, inclusive para os candidatos governistas. A novidade em relação a 1974 foi a corrupção, que por ser um fato novo ainda causa em certo impacto.

Mas se o autoritarismo e a discriminação social não causam mais impacto, isto não significa que não causem repulsa. Pelo contrário, tudo indica que a indignação é crescente, na medida em que hoje ela extravasou dos trabalhadores, da esquerda, da Igreja, para atingir a média tecnoburocracia privada e estatal e a própria burguesia. Esta, por sua vez, ao indignar-se tem condições de transmitir sua indignação para as bases sociais, na medida em que controla os aparelhos ideológicos da sociedade, como os meios de comunicação e massa e a escola. O protesto tende assim a ser crescente.

Apesar da lei Falcão, portanto, as indicações são de que o MDB caminha para uma nova e ainda mais decisiva vitória nas eleições que se avizinham. A grande maioria dos

indecisos deverá inclinar-se para o MDB. As últimas prévias mostram claramente essa tendência.

Ora, o sentido dessa vitória será profundamente democratizante, na medida em que deixará óbvia a inviabilidade da continuação desse tipo de regime no país.

Mas estas eleições terão um outro sentido também muito importante, especialmente em São Paulo. Pela primeira vez, desde 1974, as eleições ganham um caráter claramente ideológico. E este caráter ideológico é duplo. Não só trata-se do confronto entre a democracia e o autoritarismo, mas também podemos divisar claramente posições de direita, centro e esquerda. Isto é especialmente nítido em relação aos três candidatos ao Senado em São Paulo: o candidato arenista, representando a direita e se propondo unir a alta com a média e a pequena burguesia; André Franco Montoro como candidato de centro, nos quadros do idealismo democrata-cristão; e Fernando Henrique Cardoso como candidato de esquerda, identificado com um projeto trabalhista e socialista democrático.

O senador Montoro deverá ser o candidato eleito com ampla margem, dado o seu sólido prestígio pessoal, apoiado em muitos anos de serviço público efetivo no parlamento. O fato novo e significativo, entretanto, foi o lançamento de um dos mais eminentes intelectuais desse país, como é Fernando Henrique, para concorrer a uma vaga no Senado. Tudo indica que ele terá uma votação das mais expressivas, que superará de longe as previsões que justificaram seu lançamento.

O objetivo dessa candidatura, que será amplamente atingido, será o de marcar uma posição de esquerda moderada e decididamente democrática no país. Uma posição que há além do trabalhismo, na medida em que não se comprometia com o populismo Mas uma posição que conserve do trabalhismo o compromisso com o povo, que Getúlio Vargas, apesar de todas as suas contradições, soube preservar.

A definição desta posição de esquerda realiza-se através da candidatura Fernando Henrique Cardoso, mas também através de uma série de candidatos a Deputado Federal como Antonio Angarita Silva, Freitas Nobre, Darcy Passos, Alberto Goldman, Audalio Dantas, Israel Dias Novaes, e a Deputado Estadual, entre os quais se salientam Eduardo Matarazzo Suplicy, Flávio Bierrenbach Flores da Cunha, Fernando Moraes, Antonio Funari Filho, Irma Passoni, Antonio Resk, Marco Aurélio Ribeiro.

Estes candidatos, ao formularem uma posição de esquerda, têm como objetivo a médio prazo o socialismo, mas pretendem para já democracia plena, melhores salários para os trabalhadores, reforma tributária em profundidade, prioridade na política econômica para a produção de bens de capital e de bens de consumo dos trabalhadores, anistia, eleições diretas. Com sua eleição constituir-se-á assim, ao nível da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa Estadual, uma ala crescente de representantes de esquerda com um projeto específico para o país.

Este projeto, que tem Fernando Henrique Cardoso como líder político, não é radical, porque a esquerda radical propõe o voto nulo. Opõe-se ao comunismo, porque a esquerda que representam não é sem burocrática, nem autoritária. Por outro lado, não se confunde com a social democracia, porque reconhece os interesses divergentes das diversas classes e afirma que a luta de classes, nos quadros institucionais do regime democrático, deverá ser a força propulsora da história.

A importância do surgimento de uma esquerda democrática no Brasil é decisiva. A democracia só ganha sentido, quando a representação política tornar-se autêntica. E isso só é possível quando esta representação assume caráter ideológico. Ao invés de discutirmos a competência profissional, a inteligência ou a probidade pessoal do candidato, partimos desses pressupostos para analisar suas posições políticas.

O Brasil já se tornou maduro para a democracia. A provável vitória do MDB e o surgimento de uma esquerda democrática no país são a comprovação deste fato. O autoritarismo vigente já opera hoje em um vazio político, na medida em que perdeu legitimidade. O alento representado pela confirmação do novo presidente designado terá vida breve, que as eleições de 15 de novembro se encarregarão de encurtar ainda mais.(11/11)